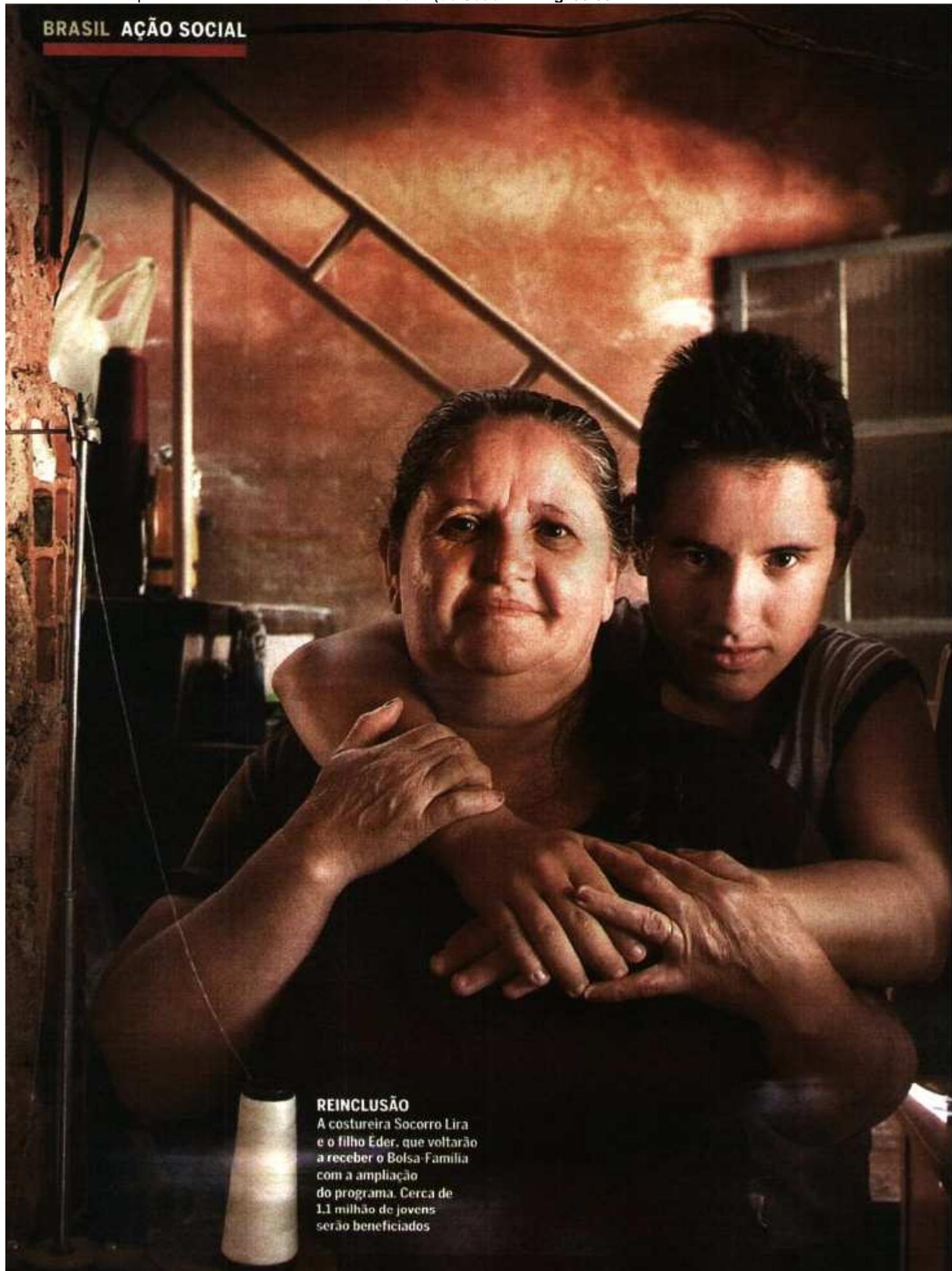


BRASIL AÇÃO SOCIAL



REINCLUSÃO

A costureira Socorro Lira e o filho Eder, que voltarão a receber o Bolsa-Família com a ampliação do programa. Cerca de 1,1 milhão de jovens serão beneficiados

Cadê a porta de saída?

O governo adotou medidas para incluir mais gente no Bolsa-Família. Agora, falta definir de modo mais eficaz quando deve terminar o benefício

ISABEL CLEMENTE, RICARDO MENDONÇA E RONALD FREITAS



QUANDO completou 16 anos, em agosto do ano passado, Éder Lira tornou-se uma das principais preocupações dos pais, moradores de Samambaia, cidade-satélite de Brasília, uma das mais pobres do entorno da capital federal. Com um filho de 16 anos, os pais de Éder deixariam de ter direito ao Bolsa-Família, o programa de transferência de renda do governo federal. Em janeiro, eles não receberam os R\$ 100 mensais que usavam para comprar material didático e pagar um aparelho de correção de dentes usado pelo filho. Sem o dinheiro do Bolsa-Família, os Liras voltaram a viver apenas dos aventais e jalecos que Socorro, a mãe, costura e que José, o pai, vende na rua. A atividade rende cerca de R\$ 300 líquidos por mês. O pagamento da dentista de Éder foi suspenso.

Para o alívio da família Lira, no fim do ano passado, o governo federal mudou as regras do Bolsa-Família e estendeu os benefícios para os jovens de 16 e 17 anos. Isso torna possível que Éder volte ao programa. Na semana passada, as alterações entraram em vigor. A ampliação da faixa etária, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, permitirá, a exemplo do que aconteceu com

Éder, o retorno ou a inclusão de 1,15 milhão de jovens pobres no programa. Hoje, o Bolsa-Família beneficia 11,1 milhões de famílias. Outra novidade foi o anúncio da transformação do cartão de saque do Bolsa-Família em cartão de débito. Pelo sistema atual, as famílias só podem sacar o benefício em dinheiro vivo. Pelo novo sistema, que começou a ser testado em Belo Horizonte, as famílias poderão movimentar o dinheiro como se ele estivesse numa conta bancária.

As duas medidas pretendem aperfeiçoar um programa que mostrou ser uma arma de indiscutível sucesso na redução da desigualdade no Brasil, tornou-se uma referência internacional e tem garantido apoio maciço da população de baixa renda ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva – a ponto de a oposição ter criticado a ampliação da idade dos beneficiados, por considerá-la apenas uma manobra política em um ano eleitoral.

O governo diz que se trata de uma resposta ao aumento da evasão escolar entre os adolescentes com mais de 15 anos. Banidos do programa, eles imediatamente deixavam a escola, sem mesmo concluir o ensino fundamental. Entre 2002 e 2005, a evasão cresceu em 45% dos 200 municípios com maior número de famílias inscritas no programa, sobretudo entre adolescentes com mais de 15 anos. Com o novo limite de idade, espera-se redução nesse número. “Esse público de 16 e 17 anos, muito vulnerável, é o menos assistido pelas políticas sociais”, diz o economista André Urani, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets).

A introdução do cartão bancário é uma tentativa de sofisticar o Bolsa-Família. O governo pretende fazer do cartão um meio de acesso a programas de microcrédito e contas-poupança. A ideia é reproduzir o modelo de banco popular criado nos anos 70 pelo economista Muhammad Yunus, em Bangladesh, que lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006. “O cartão bancário é um passo importante para aproximar os pobres do sistema financeiro”, diz Marcelo Neri, economista e chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro. “As famílias pobres ganham a liberdade de poupar e tomar crédito. Isso tem um enorme impacto numa família miserável, que pode ganhar autonomia.”

Até agora, o Brasil não tem um amplo programa nacional de microcrédito, apenas experiências de alcance limitado. A vantagem do microcrédito é que ele estimula o empreendedorismo. Com crédito acessível, a família Lira poderia comprar mais tecido para que dona Socorro costurasse mais. Ou investir num ponto-de-venda mais atraente para seu José. Com isso, os Liras poderiam ganhar mais, e aos poucos deixar de depender do governo. O microcrédito poderia representar uma oportunidade para que famílias pobres como os Liras alcancem aquilo que os especialistas costumam chamar de “porta de saída” – o momento em que conseguem se sustentar apenas com o próprio trabalho.

Um dos principais temores suscitados pelo Bolsa-Família é que ele pode criar uma relação de dependência crônica do Estado. Essa relação, também chamada “efeito preguiça”, foi observada em Porto Rico, ►

um protetorado dos Estados Unidos. Lá, metade da população vivia abaixo da linha de pobreza. O governo americano patrocinou uma ampla distribuição de benefícios – em muitos casos pagando valores mais altos que os salários médios. O resultado: muita gente preferiu deixar de trabalhar para viver à custa dos programas sociais. Porto Rico virou uma nação de dependentes.

A situação do Bolsa-Família é diferente. Os valores pagos pelo programa são baixos. Com as regras recém-adotadas, o benefício máximo que uma família pode receber é de R\$ 172 – desde que ela tenha cinco filhos na faixa etária contemplada pelo programa. “Ninguém vai querer receber no máximo R\$ 172, quando o salário mínimo é de R\$ 415”, diz Serguei Soares, pesquisador do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea). Uma pesquisa feita no ano passado pela Fundação Getúlio Vargas sugere que o Bolsa-Família não afastou as famílias beneficiadas do trabalho. “Em igualdade de condições, as pessoas no Bolsa-Família trabalham ainda mais que as de fora do programa”, afirma Neri, da FGV. “Esse resultado desmistifica a idéia do efeito preguiça.” O lado negativo é que essa mesma regra também foi observada entre crianças e adolescentes: há maior incidência de trabalho entre aquelas que estão inscritas no programa. “Os dados sugerem que o Bolsa-

Família pode não estar conseguindo diminuir o trabalho infantil”, diz Neri.

O Bolsa-Família mostrou ser uma eficiente ferramenta para atenuar a pobreza extrema. Ele é a principal explicação para a redução na proporção de pobres no Brasil, de 34,1% para 25,2% da população total, entre 2003 e 2006. Segundo um estudo recente do governo, 1,4 milhão de famílias deixaram o Bolsa-Família em 2007. A maioria, 90%,

1,4 milhão de famílias saíram do programa em 2007: 90% por ter conseguido renda superior a R\$ 120

por ter conseguido renda *per capita* superior a R\$ 120, valor a partir do qual a exclusão do programa é automática. Mas será que o Bolsa-Família conseguirá romper o ciclo histórico de pobreza ou continuará a ser apenas um alívio emergencial? Para alguns, o programa é o caminho certo. Mas mesmo gente próxima ao presidente Lula, como Frei Betto, não está convencida disso. Para

ele, o Bolsa-Família, sozinho, é apenas um paliativo. “O nó reside no fato de as políticas compensatórias não serem complementadas por políticas estruturais”, diz. “Quanto mais renda aos mais pobres, melhor. Mas que tipo de escola essa garotada vai encontrar? O ensino público no Brasil está sucateado.”

A preocupação levantada por Frei Betto faz sentido. A frequência escolar das crianças de 7 a 14 anos assistidas pelo Bolsa-Família é 3,6% maior que a de crianças pobres não-amparadas. No Nordeste, essa diferença chega a 7,1 pontos percentuais. Mas isso adianta

pouco, se a qualidade da escola é baixa e os alunos aprendem pouco ou nada. O Brasil tem perdido posições no ranking da Unesco de qualidade do ensino. No ano passado, ficou em 76º lugar, numa lista de 129 países. A solução desse problema independe do Bolsa-Família. Sem uma política de governo integrada que promova a educação, a saúde e o crescimento econômico, as crianças e os jovens socorridos pelo Bolsa-Família terão de recorrer ao benefício para criar os filhos. “Não se poder ver o Bolsa-Família como uma panacéia para todos os nossos problemas”, diz Rafael Osório, pesquisador da ONU.

É preciso avançar na integração do Bolsa-Família com outros programas sociais. Vale a pena observar os programas similares do México e do Chile, embora de escala menor que o Bolsa-Família. No Chile, o programa atende 225 mil famílias, e a renda é apenas um dos 52 critérios para medir a saída da pobreza (*leia o quadro abaixo*). Uma filosofia parecida é usada no Oportunidades no México. Lá, são levados em conta a escolaridade dos pais, o acesso a serviços básicos e até as condições de moradia. O benefício é pago até que o estudante complete 22 anos. “Fica claro que o objetivo principal é investir em capital humano”, diz Fábio Veras, economista do Centro Internacional de Pobreza da ONU. O Oportunidades e o Chile Solidário são mais complexos que o Bolsa-Família, sobretudo pela preocupação em garantir que o esforço de educar resulte em uma geração que não precise mais da ajuda do governo para comprar seus livros ou para pagar o dentista. ♦

Referências exemplares

As regras dos três programas de transferência de renda que viraram exemplos mundiais

PAÍSES	BRASIL	MÉXICO	CHILE
Programa	Bolsa-Família	Oportunidades	Chile Solidário
Quando começou	2003	1997	2002
Pop. beneficiada	11,1 milhões de famílias	5 milhões de famílias	225 mil famílias
Valor do benefício	R\$ 18 a R\$ 172 por mês , dependendo do número de filhos e seu estágio escolar	US\$ 15 a US\$ 150 por mês , dependendo do número de filhos e seu estágio escolar	US\$ 5,8 a US\$ 17,5 por mês , subsídios no consumo de água e acesso preferencial a programas sociais
Contrapartidas	Manter as crianças e os adolescentes na escola e a vacinação em dia	Manter as crianças na escola, fazer consultas médicas preventivas e frequentar aulas sobre higiene, saúde e alimentação	Buscar, com auxílio de um técnico, alternativas para atingir 52 condições mínimas de qualidade de vida . Renda é uma delas
Exclusão	Ocorre quando o filho atinge 18 anos ou a família atinge o patamar mínimo de renda: R\$ 120 per capita/mês	Quando a família deixa de cumprir seus compromissos ou quando supera o patamar de pobreza	Quando a pessoa deixa de cumprir seus compromissos ou quando satisfaz uma lista de 52 condições mínimas de qualidade de vida